

RUTH FIRST E O MINEIRO MOÇAMBICANO³⁷

Marc Wuyts

Introdução

Nas suas relações de trabalho com o Centro de Estudos Africanos (CEA), Ruth First esteve em Moçambique duas vezes: a primeira, em 1977, para dirigir um projecto de investigação sobre a exportação de mão-de-obra migratória para as minas da África do Sul e, a segunda, em 1979, como directora de investigação do CEA, tendo permanecido até 1982, altura da sua morte. Neste período, Ruth foi responsável pela montagem e operação do Curso de Desenvolvimento. Antes da sua vinda a Moçambique, em 1975, ela passou algum tempo na Universidade de Dar-Es-Salaam (onde eu estava então a trabalhar no Departamento de Economia), como docente na área de Estudos de Desenvolvimento. Durante a sua estadia em Dar, Ruth fez uma rápida visita a Maputo, onde conheceu Aquino de Bragança, Director do CEA, e Fernando Ganhão, Reitor da Universidade Eduardo Mondlane.

Há muitos anos que Aquino de Bragança era confidente de líderes da FRELIMO e, tal como Ruth, tinha sido jornalista durante muitos anos, escrevendo principalmente para a *Revue Tiers Monde*. Fernando Ganhão, um historiador, juntara-se à FRELIMO nos anos sessenta, onde foi professor na Escola da FRELIMO em Dar-Es-Salaam. Após a independência, foi nomeado Reitor da Universidade. Ambos acordaram que ao longo de 1977 Ruth viria trabalhar [no CEA], para leccionar um curso de História da África Austral e para empreender um projecto de investigação sobre trabalho migratório.³⁸

37 Este texto foi inicialmente publicado em língua inglesa com o título “Ruth First and the Mozambican Miner”. *Review of African Political Economy*. Vol. 41. nº. 139. 2014: 60-83. Agradecemos aos autor e editores da revista pela autorização para a sua publicação em língua portuguesa. Tradução de António Roxo Leão e edição dos organizadores deste livro.

38 Após o seu regresso a Moçambique, Ruth convidou-me para me juntar a ela no CEA, para fazer investigação sobre o mineiro moçambicano. Subsequentemente, candidatei-me a uma posição na Universidade Eduardo Mondlane, onde trabalhei na Faculdade de Economia e no CEA, entre Agosto de 1976 e Dezembro de 1983.

Quando arrancou, no início de 1976, o CEA estava destinado a ser um centro de investigação sobre história e antropologia, dividido em duas secções, representando diferentes períodos pré-coloniais e coloniais. Os seus investigadores moçambicanos eram principalmente Bacharéis provenientes do Departamento de História e que se encontravam a trabalhar nos seus projectos de investigação individuais. Houve uma série animada de apresentações em seminário feitas por estes jovens graduados e por vários académicos visitantes (historiadores, arqueólogos, antropólogos), entre os quais alguns conhecidos académicos franceses que trabalhavam sobre África. Pouco se fez, porém, sobre questões contemporâneas e nada sobre os desafios da transição pós-independência.

Embora Ruth não estivesse em Moçambique, no ano de 1976, esteve intensamente envolvida com o CEA, uma vez que estava ocupada a preparar as suas aulas e o programa de investigação para 1977. Esta preparação teve os seus percalços, mais não fosse pelas mensagens confusas que Ruth recebia continuamente de Maputo sobre o trabalho que era suposto realizar em 1977. Na altura, o CEA estava profundamente envolvido em planos para montar uma nova faculdade de ciências sociais. Isso deu azo a muita conversa mas pouca acção, para além da interminável apresentação de esboços de curricula para as disciplinas, todos eles rejeitados pelo Reitor. Nessa altura, essa faculdade não chegou a se materializar. As mensagens contraditórias sobre as aulas que deveria leccionar em 1977 suscitaram preocupação. O problema principal era a falta de uma perspectiva clara de desenvolvimento - ou, mais precisamente, uma perspectiva clara da economia política do desenvolvimento - nos vários esboços do curriculum do curso. Por exemplo, numa carta a David Wield (21 de Setembro de 1976),³⁹ Ruth comentava: (...) posso dizer que se eu desse uma disciplina sobre a África do Sul, haveria de inseri-la depois da concepção do curso de desenvolvimento ... de qualquer modo, menos história e mais economia política, mas não o diga em voz alta às pessoas erradas (...).

Aquino de Bragança providenciou o empurrão inicial que haveria de mudar a direcção da investigação no CEA quando, em fins de 1976, começou um pequeno projecto de investigação (ou, mais exactamente, um estudo teórico) sobre a "Questão Rodesiana", quando se aproximava a Conferência de Genebra sobre o Zimbabwe. Aquino estava então profundamente envolvido com o processo de descolonização do Zimbabwe, na qualidade de assessor da direcção da FRELIMO, o que o levou a inúmeras discussões com a *Zimbabwe African National Union* (ZANU), então baseada em Moçambique. Samora Machel pediu a Aquino que preparasse um documento de contextualização

39 2014 ROAPE Publications Ltd. Email: mewuyts@gmail.com *Review of African Political Economy*, 2014 Vol. 41, No. 139, 60 -83, <http://dx.doi.org/10.1080/03056244.2014.878077> Downloaded by [Open University] at 01:53 19 April 2014

sobre a situação socioeconómica do Zimbabwe, dado que a FRELIMO queria entender melhor quais os problemas, tensões e contradições, que poderiam emergir durante o processo de descolonização.

O relatório em si não foi um grande trabalho de investigação, pois os materiais sobre a Rodésia/Zimbabwe eram escassos em Moçambique e, ninguém, de entre os membros da equipa, era conhecedor do caso do Zimbabwe. Em termos de conteúdo, portanto, foi uma iniciativa muito modesta, embora tenha sido bem-recebida e subseqüentemente publicada em livro, em português e inglês (CEA, 1977a; 1980) e, como artigo, na *Revue Tiers Monde*, em Janeiro de 1979. Mas a própria experiência - um processo intenso de investigação, redacção e edição de equipa, temperado com discussões fascinantes de grupo, presididas por Aquino, tudo isso a uma velocidade estonteante, em cerca de cinco semanas - teve grande significado. Para o CEA, teve um efeito parecido com um choque eléctrico.

Foi o projecto de investigação sobre “O Mineiro Moçambicano”, que transformou esse choque numa nova prática de investigação. Foco-me, aqui, em como este projecto serviu de catalisador na mudança das práticas de investigação no CEA, introduzindo três inovações: (1) um enfoque na situação “real” (tomando em consideração as suas raízes históricas), em vez da história; (2) uma mudança da investigação individual para uma investigação predominantemente de equipa e fundada no trabalho de campo; e (3) a introdução de um sentido de urgência (política) na investigação, para responder aos desafios imediatos da transição.

Luta por espaço: contestando a natureza da investigação aplicada

Para Ruth, este projecto não era sobre história, mas destinava-se a investigar os desafios que se colocavam à transição para o socialismo em Moçambique, em relação aos ganhos em moeda externa (mais precisamente do ouro), através da exportação de mão-de-obra para as minas, numa situação herdada do sistema colonial. O primeiro obstáculo a ultrapassar, porém, era negociar espaço para fazer este tipo de pesquisa. Não era uma questão sem importância. Na verdade, quando Ruth foi falar com o Reitor, com o pedido de fazer a investigação em sete meses (incluindo um mês de trabalho de campo), a sua resposta imediata foi: “Porquê sete meses? Não pode ser feita em muito menos tempo?” Ruth ficou absolutamente surpreendida com a resposta. Ela sabia muito bem que um projecto de investigação desta natureza, não se podia permitir um longo tempo de gestação, dado que a velocidade da transição podia

tornar obsoleto o seu produto subsequente. Foi por isso que ela concebeu fazer a pesquisa no mais curto período possível para gerar um produto que fosse relevante para a formulação de políticas (num tempo em que havia mudanças importantes a acontecerem todas ao mesmo tempo), mas com suficiente profundidade de análise para chegar a visões e conclusões com sentido. A resposta do Reitor, porém, não só sugeriu o seu desacordo sobre o tempo envolvido, como também reflectiu profundamente sobre concepções conflitantes relacionadas com a questão da investigação no contexto de Moçambique.

Difícilmente se teria um contraste maior entre a Universidade de Dar-Es-Salaam e a Eduardo Mondlane nessa altura. A Universidade de Dar-Es-Salaam era um lugar animado que envolvia indiscriminadamente académicos, funcionários e estudantes locais e estrangeiros, que agiam como um íman, atraindo intelectuais de esquerda de todo o mundo, incluindo Ruth First. Pelo contrário, a Universidade Eduardo Mondlane mal tinha começado a enfrentar o processo de transformação de uma instituição colonial racialmente desequilibrada, com as marcas da longa história de dominação fascista em Portugal (terminada com o Golpe de Estado de Abril de 1974). O ensino e a investigação em análise social eram particularmente limitados pois, embora a universidade tivesse uma Faculdade de Economia (e Gestão) e uma Faculdade de Letras (onde se leccionava línguas, literatura e história), não tinha uma Faculdade de Ciências Sociais (de Brito 2011). Após a independência, a maior parte do pessoal académico partiu, como parte do êxodo massivo da população colona portuguesa. Os que ficaram, porém, eram principalmente jovens académicos, muitos dos quais tinham estado ligados a vários movimentos políticos clandestinos de esquerda, de que o mais proeminente era o Partido Comunista Português. O vazio de professores foi gradualmente preenchido pelo recrutamento de professores de praticamente todos os cantos das esquerdas, do Leste e do Ocidente.

Este era, então, um tempo de luta intensa pela definição do papel da universidade num período de transição e, mais especificamente, sobre como transformar as práticas de ensino e investigação. Também envolvia uma contestação intensa sobre se o marxismo devia ser ensinado como doutrina ou se como um método de pesquisa, e sobre qual devia ser o seu papel na investigação. Será porém ingénuo dizer que estas lutas só tiveram lugar entre o pessoal expatriado. Pelo contrário, elas existiam igualmente entre a comunidade académica moçambicana com toda a sua diversidade de anteriores filiações políticas. No entanto, uma característica distintiva destas lutas era que tendiam a funcionar mais por “posicionamento” - ou seja, por restrição do espaço para visões alternativas - do que através de um debate aberto (sobre o qual o Reitor mantinha um controlo um tanto apertado).

Era bastante comum, na altura, e o Reitor Ganhão era um expoente importante dessa visão, começar por fazer uma distinção rígida entre a investigação “pura” e a investigação “aplicada”, para então seguir argumentando que a primeira requeria uma reflexão profunda (teórica) e muito tempo, enquanto a segunda consistia principalmente em recolher dados no âmbito de enquadramentos predeterminados. A investigação pura era considerada um luxo, que Moçambique não podia pagar nesse momento. Dava-se prioridade à investigação “aplicada” que, nesta visão, não se preocupava em descobrir novos pontos de vista. Em vez disso, tratava da “mera” aplicação de conhecimento e não a sua produção, uma tarefa que poderia ser realizada muito rapidamente e por rotina. Esta visão era particularmente dominante na Faculdade de Economia, onde a investigação económica aplicada consistia principalmente em recolha de dados para a planificação e implementação de políticas, usando técnicas padronizadas de planificação. Com algumas notáveis excepções como, por exemplo, um artigo não publicado de Joaquim Brum sobre a periodização do desenvolvimento industrial em Moçambique, e o trabalho conjunto de Pereira de Moura e Amaral (1978) sobre a estimativa do Produto Nacional Bruto (PNB), cujo enfoque na economia era em planificação, não em análise.

A visão dominante, portanto, era de que a investigação aplicada consistia em preencher os detalhes de um problema, de resto “conhecido”, firmemente alicerçado em premissas, assumpções e planos pré-estabelecidos. A noção oposta, que Ruth defendia, era que a investigação aplicada envolvia inevitavelmente um acto de descoberta que conduzia a inferências e conclusões que podiam pôr em questão assumpções e ideias e, assim, nem sempre podiam ser esperadas nem bem-vindas. A investigação aplicada deve entrar no domínio das visões contestadas sobre como definir um problema ou procurar a sua solução. A luta por espaço, portanto, não era apenas um argumento sobre a quantidade de tempo que envolvia, mas também o papel da investigação num processo de transição: se envolvia a execução ou a implementação passiva de políticas, ou se, pelo contrário, havia um envolvimento activo e crítico com as políticas.

Ruth precisou de todo o seu poder de persuasão para ultrapassar essa primeira barreira. Ela reforçou a sua reputação ao conseguir que o Reitor concordasse com este projecto nos termos do âmbito e duração propostos, embora o Reitor o tivesse na conta de um luxo. Crédito seu, o Reitor também assumiu um risco substancial ao deixar que o projecto avançasse, porque o espaço para uma investigação académica social e económica crítica sobre os desafios da transição era virtualmente inexistente, ou não era visto com bons olhos pelas estruturas do partido e do Estado. Para Ruth, portanto, a conclusão pontual deste projecto tornou-se uma necessidade absoluta, não apenas por direito

próprio, como também para abrir espaço intelectual para um envolvimento crítico com as políticas através da investigação.

Desenvolvendo uma nova abordagem e método de investigação colectiva no CEA

A investigação sobre “O Mineiro Moçambicano” foi uma iniciativa acordada entre Aquino e Ruth aquando da sua visita a Moçambique em Dezembro de 1975. A investigação deveria ser desenvolvida por Ruth durante a sua primeira estadia em Moçambique, planeada para 1977. Foi em Fevereiro desse ano que a FRELIMO realizou o seu III Congresso, o qual iniciou uma segunda onda de mudanças radicais em Moçambique, num curto espaço de tempo.

Após a tomada de posse do Governo de Transição em 1974, seguido pela independência em 1975, Moçambique estava num caos considerável, mais não fosse, por causa do êxodo de grande parte da comunidade colona portuguesa, que representava a maior parte da mão-de-obra qualificada e os donos da maior parte das empresas de média dimensão, enquanto os grandes investimentos eram detidos por capitais portugueses ou estrangeiros. O aparelho de Estado perdeu a maior parte do seu pessoal qualificado e a sua capacidade de garantir uma administração eficaz praticamente desabou. A resposta imediata da FRELIMO foi basear-se numa mobilização alargada de pessoas, através da criação, por todo o país, de grupos dinamizadores: grupos de 8 a 10 membros escolhidos pelas populações nos bairros, aldeias rurais e locais de trabalho. As suas tarefas eram bastante complexas: esperava-se deles não apenas que explicassem as directivas da FRELIMO à população, mas que também administrassem a organização prática da sociedade e do trabalho a nível local. Isso incluía tratar de assuntos como casamentos e divórcios, resolver litígios locais, organizar grupos de vigilância contra a sabotagem económica, lançar campanhas de alfabetização e fazer reuniões de massas para discutir assuntos locais. Estes grupos dinamizadores foram indubitavelmente os principais veículos através dos quais se forjou a mudança social nesse período inicial. A sua composição era heterogénea, um aglomerado de forças “patrióticas” na luta contra os resquícios da sociedade colonial, mas com posições de classe divergentes, o que resultava frequentemente em discussões acaloradas entre os membros e a população sobre o que fazer e como fazer. Estas lutas também reflectiam contradições reais e deram a esse processo inicial de mudança uma vitalidade notável, alimentada pelo debate e a experimentação a nível local.

Porém, mais uma onda radical estava iminente. Quando a FRELIMO realizou o seu III Congresso (o primeiro congresso após a independência) em Fevereiro de 1977, decidiu, de forma bastante inesperada, transformar o movimento de libertação em partido marxista-leninista (de vanguarda), partido

enraizado numa aliança operário-camponesa. Na sua esteira, os grupos dinamizadores foram gradualmente desactivados e substituídos por células do partido. A partir daí, o âmbito da iniciativa a nível local e a sua vitalidade foram consideravelmente prejudicados. As políticas económicas foram centralizadas sob o comando de uma nova Comissão de Planificação que adoptou uma planificação centralizada ao estilo soviético como principal instrumento para efectuar a mudança económica. Esta focava-se na expansão do sector estatal e na integração acelerada dos camponeses em aldeias comunais e cooperativas de produção. Apesar das várias camadas de retórica, impressionou-me, na altura, especialmente no que respeitava à economia, o facto de o processo de mudança ser essencialmente visto como a construção de algo radicalmente novo (i.e. *tabula rasa*), mais do que um processo gradual de transformação do velho em algo novo. Isto, mais uma vez, reforçou o enfoque na planificação ao invés de análise. Para além disso, era um tempo de grande esperança - particularmente na Comissão do Plano - em que Moçambique conseguiria contar com o apoio massivo da União Soviética para construir uma nova economia socialista. Tudo isto apontava para a elaboração de um plano para um futuro radicalmente transformado, mais do que ter de enfrentar a compreensão das estruturas e processos do passado e do presente.

Foi nesse contexto (bastante eufórico) que Ruth chegou para empreender um estudo realista sobre a exportação de mão-de-obra mineira - por excelência, uma estrutura colonial herdada. Inicialmente, ela tinha na ideia realizar este projecto em conjunto com apenas alguns investigadores - três ou quatro, no máximo - mas abriu-se a sugestões. Com base na nossa experiência anterior com o estudo da "Questão Rodésiana", David Wield e eu propusemos um esforço colectivo, envolvendo todos os investigadores associados ao CEA. Ruth aceitou a ideia, embora hesitante de início, porque tinha plena consciência dos riscos envolvidos: por um lado, o compromisso arriscado entre um produto mais rico contra uma maior incerteza quanto ao resultado e, por outro, um aumento inevitável do trabalho organizacional. Ruth também estava particularmente consciente de que se não produzíssemos um relatório acabado no final do período, a teoria do Reitor sobre o luxo da investigação sairia com uma pontuação bastante alta e, conseqüentemente, o espaço para este tipo de investigação seria seriamente restringido ou simplesmente encerrado. Falhar não era uma opção que ela quisesse arriscar, mas o factor decisivo para ela foi que este processo beneficiaria os investigadores moçambicanos através do processo colectivo de aprendizagem pela prática da investigação.

O estudo sobre a mão-de-obra mineira tornou-se assim o primeiro projecto colectivo do CEA baseado no terreno. O problema foi que nenhum de nós tinha experiência de organização de um projecto de investigação colectiva desta natureza, particularmente não nesta escala de calendário. A equipa nuclear

consistia num grupo heterogéneo de 12 investigadores do CEA com diferentes formações disciplinares - história, antropologia, sociologia, política, direito, engenharia e economia - e níveis diferentes de experiência de investigação. Ruth não tinha nenhum modelo "pronto-a-usar" pelo que o processo seguido só poderia ser descrito como uma improvisação reflectida de tentativa e erro. O primeiro problema que teve de enfrentar foi como moldar este grupo de investigadores numa equipa razoavelmente coerente. A sua resposta a isto foi a criação de um seminário semanal. Inicialmente, o seminário funcionou como grupo de estudo, tornando-se depois num seminário de discussão, com apresentações feitas pelos membros da equipa de investigação e, finalmente, terminando como uma oficina prática para elaborar questionários, organizar a recolha de dados secundários e discutir as constatações preliminares, antes do trabalho de campo nas zonas rurais (que teve lugar em Julho de 1977).

O grupo de estudo viria a forjar um entendimento teórico comum do trabalho migratório na África Austral e da especificidade das estruturas e processos coloniais herdados por Moçambique, particularmente (mas não exclusivamente) com relação à exportação de mão-de-obra do sul de Moçambique. Começámos por discutir a literatura mais vasta sobre o desenvolvimento de sistemas de trabalho migratório na África Austral, mas focámo-nos particularmente no estudo das contribuições teóricas de académicos marxistas como Harold Wolpe (1972) e Martin Legassik (1974), entre outros. O grupo de estudo transformou-se num seminário quando nos virámos para o contexto moçambicano, com uma série de apresentações feitas por membros da equipa. António Nogueira da Costa e Luís de Brito fizeram um seminário sobre periodização da economia colonial e o seu impacto sobre a diversificação regional das estruturas rurais coloniais em Moçambique. Luís de Brito e António Pacheco falaram sobre como os acordos entre os Estados de Portugal e da África do Sul limitaram a exportação de mão-de-obra ao sul de Moçambique⁴⁰ e institucionalizaram um sistema em que o pagamento de parte dos salários dos mineiros era diferido para o seu regresso a Moçambique e pago em ouro (ao preço corrente oficial do ouro) ao governo colonial. David Wield apresentou um seminário comparando o seu próprio trabalho sobre a periodização do desenvolvimento industrial em Moçambique, com um trabalho semelhante feito por Joaquim Brum no Departamento de Economia. Subsequentemente, o seminário tornou-se numa oficina prática, quando focámos a nossa atenção na recolha e análise preliminar de dados secundários sobre o fluxo de mão-de-obra migratória para a África do Sul, e formulávamos questionários - sobre histórias de trabalho e sobre a composição dos agregados familiares rurais, produção agrícola e emprego. Neste contexto, David Wield fez uma apresentação muito útil sobre o mínimo que tínhamos que saber sobre mineração

40 64 M. Wuyts Downloaded by [Open University] at 01:53 19 April 2014

como um processo de produção e sobre a terminologia usada nas minas sul-africanas para revelar diferentes categorias de trabalhadores. A análise preliminar de dados recolhidos foi apresentada ao seminário, passando este, assim, a ser gradualmente transformado num fórum para discutir o progresso do trabalho, o que tornou as discussões mais focadas e concretas. Através deste processo, o grupo evoluiu para uma equipa de investigação mais coesa.

Inicialmente, a recolha de dados focou-se na familiarização com o sistema de recrutamento e emprego da mão-de-obra mineira moçambicana. O recrutamento de mão-de-obra (mineira) migratória na África Austral era monopólio da *Witwatersrand Native Labour Association* (WENELA), a organização de recrutamento de mão-de-obra da Câmara das Minas, representando os interesses colectivos dos seus membros (que incluíam a maior parte das principais companhias mineiras da África do Sul). A WENELA tinha uma sede em Maputo e uma série de *compounds* espalhados pelo sul de Moçambique, onde os trabalhadores recrutados eram aglomerados e posteriormente despachados para as minas. A sede era o lugar onde se podia ter acesso aos dados históricos sobre o recrutamento de mão-de-obra para as minas e conhecer as estratégias e táticas da Câmara das Minas relativamente ao recrutamento de mão-de-obra de Moçambique. Os ajuntamentos providenciavam os locais onde recolher histórias de trabalho dos que iam para ou voltavam das minas.

Das primeiras viagens aos ajuntamentos de trabalhadores recrutados em Maputo e próximo da fronteira com a África do Sul, cedo ficou claro, para nós, que estávamos no meio de uma situação extremamente volátil. Os trabalhadores estavam nervosos e inseguros quanto ao seu futuro dado que houvera lugar a reduções pronunciadas no recrutamento de mão-de-obra a partir de 1976. Reinava a confusão entre os mineiros sobre quem estaria por trás dessas reduções: a Câmara das Minas da África do Sul ou o Governo de Moçambique? A maior parte acreditava que era o Governo de Moçambique que estava a restringir o trabalho migratório. Não é de surpreender que os trabalhadores tivessem essa visão, dado que a atitude da maior parte dos quadros locais do Estado e do partido relativamente aos mineiros era, no mínimo, ambígua, se não hostil. Ir para as minas era considerado como um vício moral ou um reflexo de falta de patriotismo.

Ruth era muito escrupulosa quando se tratava de lidar com mineiros nos ajuntamentos da WENELA e com os quadros locais moçambicanos. Ela insistia em que, durante cada visita, se devia dar uma explicação relativamente a quem éramos nós e o que queríamos saber dos mineiros. Para esse fim, António Pacheco preparou uma linha padrão de discurso - cuidadosamente elaborada, sem promessas, sem agitação - que ele apresentaria nos encontros públicos antes da realização das entrevistas. Quando se tratava de lidar com

a gestão sul-africana do escritório da WENELA, a abordagem era muito diferente. Nesses casos, Ruth retomava as suas qualidades de jornalista de investigação. O gerente da WENELA ficava encantado com as frequentes visitas de Ruth e gostava de falar com ela, o que fazia com que fosse muito menos cuidadoso do que deveria ser. Ruth era excepcionalmente competente a extrair informação confidencial às pessoas. Normalmente, ela fazia essas entrevistas juntamente com David Wield, que conseguia ler um texto “de pernas para o ar” com uma facilidade notável. Enquanto Ruth mantinha o gerente ocupado,⁴¹ entrevistando-o ou conversando, David lia tranquilamente as mensagens que se encontravam em cima da secretária. Alternativamente, Ruth perguntaria se podia voltar a ler um telex anódino que ele lhe tinha mostrado antes e, enquanto consultava a pasta com os telexes, passava rapidamente os olhos sobre o conteúdo de outros textos muito mais importantes. Destas visitas, e de outras visitas paralelas ao Ministério do Trabalho moçambicano, ficou claro que, ao contrário do que os mineiros pensavam, a iniciativa de reduzir o contingente de mineiros partiu da Câmara das Minas sul-africana. O número de mineiros reduziu drasticamente a partir de 1976 e o recrutamento foi restringido a trabalhadores com experiência (os que tinham um certificado válido de renovação do emprego). Ficou claro que esta medida não era temporária, mas uma ruptura definitiva com as práticas do passado. No seminário, especulámos sobre as razões desta nova evolução: seria que a Câmara das Minas pretendia internalizar o recrutamento de mão-de-obra na África do Sul, na sequência do aumento dos salários nas minas e do aumento do desemprego na África do Sul no início dos anos setenta, ou seria uma iniciativa deliberada contra Moçambique, para evitar a ameaça de uma retirada súbita da mão-de-obra, instigada pelas autoridades moçambicanas ou para privar Moçambique de uma importante entrada de moeda externa e rendimentos rurais.

Esta questão das reduções no recrutamento imbuíu a nossa investigação com um sentido de urgência ainda maior. A situação estava a mudar rapidamente, o que, para Ruth, reforçava o imperativo de focar a atenção da nossa pesquisa na direcção em que se estava a mover também o sistema do trabalho migratório, e não apenas sobre como ele funcionava (ou, mais precisamente, costumava funcionar). Também colocava a investigação particularmente e directamente no domínio das políticas, dado que parecia haver pouca consciência, entre as estruturas do partido e do Estado moçambicano, sobre as potenciais consequências económicas e sociais desta redução dramática do recrutamento de mão-de-obra. A posição prevalecente sobre a mão-de-obra mineira tendia a ser passiva, mas ambivalente: a mão-de-obra mineira era tolerada como resquício do passado sem grande consideração pela profundidade das suas raízes nos processos e estruturas económicas existentes. A questão de como

41 *Review of African Political Economy* 65 Downloaded by [Open University] at 01:53 19 April 2014

transformar esse sistema profundamente enraizado de trabalho migratório e o que isso implicava para a natureza das políticas económicas a seguir nunca foi considerada com seriedade.

O mês de Julho era um período de férias de aulas em que os alunos (e os funcionários) eram chamados a empreender actividades extracurriculares, envolvendo normalmente trabalho de campo em todo o país. No início de 1977, as cheias no vale do Limpopo tinham causado grandes perturbações na província de Gaza, no sul de Moçambique. O Governo respondeu com a aceleração do processo de reassentamento das comunidades rurais em aldeias comunais. Esperava-se então que a universidade dedicasse as suas actividades de Julho à realização de um levantamento massivo, em nome da Direcção Nacional de Habitação (que era responsável pelo reassentamento). Foi necessário um grande esforço da parte de Aquino de Bragança e Ruth First para convencer o Reitor a não só isentar a equipa de investigação do CEA desse enorme compromisso, como também a destacar um grupo de estudantes (provenientes de várias faculdades), para se juntarem ao projecto de investigação rural. Nós não podíamos realizar a nossa pesquisa em Gaza, porém, tendo de nos limitar à província de Inhambane. A ideia original de Ruth era cobrir ambas as províncias para comparar as terras mais férteis do vale do Limpopo com as terras mais secas de Inhambane.

A logística do trabalho de campo na investigação rural era assustadora. Após uma breve oficina preparatória para treinar os estudantes para o trabalho de terreno, a equipa foi despachada para Inhambane e dividida em cinco brigadas, colocadas em lugares diferentes, e uma brigada móvel (constituída por Ruth First, eu e Salomão Zandamela, o motorista do CEA). Pelo menos dois membros da equipa nuclear do CEA asseguravam a direcção de cada brigada. Quando a poeira assentou, a dimensão total da equipa de investigação tinha ultrapassado os 40 elementos, com a adição de quadros dos serviços locais do trabalho e da agricultura.

Um importante problema com que deparámos foi a ambivalência generalizada em relação ao trabalho migratório entre os quadros do Governo e do partido. Por exemplo, numa reunião pública, numa aldeia, em que eu e Ruth participámos (juntamente com membros de uma das nossas brigadas), vários homens se levantaram para expressar a sua preocupação sobre a quebra do recrutamento ou a sua incapacidade de conseguir um novo contrato, ao que o presidente do grupo dinamizador respondeu caracterizando o trabalho nas minas como estando em oposição directa com a construção do socialismo. Após a reunião, o presidente da mesa convidou-nos para tomar chá em sua casa. Era muito aberto e honesto nas suas discussões connosco, altamente engajado com as políticas da Frelimo e claramente intrigado com o porquê

da nossa investigação sobre o trabalho nas minas, dado que não se tratava propriamente de uma prioridade política. Ainda assim, mais tarde na nossa discussão, situou vivamente o seu dilema ao dizer que “há quem possa ir para as minas e ganhar dinheiro, mas eu tenho de ficar para trás para construir o socialismo.”

As instruções que as brigadas tinham eram para que explorassem as interdependências entre a entrada de remessas do trabalho assalariado, a saída de grandes quantidades de trabalho masculino da agricultura, e as dinâmicas da produção e acumulação rurais. O inquérito aos agregados foi concebido para recolher dados sobre a composição do agregado, a sua dependência do trabalho assalariado, o nível da sua produção agrícola e outras actividades locais não- agrícolas, e as suas fontes de rendimentos em dinheiro. O trabalho de campo não foi organizado em torno de qualquer hipótese prévia inflexível sobre a natureza destas inter-relações. Estávamos, claro, familiarizados com a literatura analítica sobre trabalho migratório da autoria de académicos marxistas sul-africanos que argumentavam - como mais tarde Ruth formularia - que “o acesso do trabalhador migrante e da sua família à produção doméstica fornece parte dos meios de subsistência de que o sector capitalista beneficia, e os meios, assim, pelos quais o capitalismo retira o poder da mão-de-obra barata” (First 1983, 7). Esta tese implicava que “os meios de subsistência adquiridos por um trabalhador estavam assim divididos em duas partes: os salários que lhe eram pagos directamente e durante o tempo em que estava empregado, e os salários indirectos que recebia sob a forma de apoio social derivado da agricultura familiar - isto é, tomar conta das mulheres, crianças e idosos, e tratar de si durante a doença e entre períodos de emprego” (*ibid.*). Tomámos isso como premissa orientadora mas não como uma hipótese rígida. Por exemplo, não partimos do princípio que esta força de trabalho, nos períodos de dispersão pelas zonas rurais onde havia sido recrutada, era meramente ou totalmente um exército de reserva de mão-de-obra (*ibid.*,8). A nossa abordagem era distintamente mais ecléctica e, portanto, sobrava um espaço considerável para a procura de outras hipóteses de trabalho, através de estudos de caso, que permitissem a diversidade na ênfase e abordagem de pesquisa pelas brigadas. Estava claro que isto era uma estratégia arriscada, mas criava um maior potencial para permitir visões mais ricas.

A brigada móvel experimentou uma aventura fantástica: dias de viagem em estradas e picadas rurais para visitar e discutir com as diferentes brigadas o progresso do trabalho, fazer sugestões e transmitir ideias entre brigadas, participar em reuniões, levar comida, entregar e recolher correspondência e, ocasionalmente, transportar para a cidade e de volta os que que adoeciam. Uma das brigadas perdeu-se, tendo ficado apenas quatro ou cinco dias na aldeia que lhe tinha sido distribuída (Sitila), após o que se afastou para longe, para

o interior dispersamente povoado da província de Inhambane, parando em cada uma das aldeias por alguns dias, antes de passarem à seguinte. Dado que eles se movimentavam mais depressa que a brigada móvel, não os conseguimos encontrar, sendo-nos sempre dito que eles já tinham ido mais adiante. Só ao fim de duas semanas conseguimos os localizar, ao fim de uma desesperada e ininterrupta busca de dez horas. Por pura coincidência, aconteceu-nos parar no mesmo restaurante à beira da estrada (um dos muito poucos que havia na área). Eles pareciam bastante satisfeitos, mas estavam com um aspecto terrível - nunca tinham parado por tempo suficiente para lavarem a roupa, fazer a barba ou mesmo cozinhar decentemente. Eles viram a pesquisa como devendo cobrir a maior área possível no mínimo tempo possível e, sem dúvida, bateram algum recorde, uma espécie precoce de avaliação rural rápida. Como resultado, não fizeram grande uso dos questionários, usando principalmente as reuniões das aldeias, discussões em grupo e, interessante, visitando escolas primárias e perguntando às crianças o que gostariam de ser no futuro. Apesar das importantes mudanças que estavam a ocorrer em Moçambique nessa altura, as crianças responderam, quase sempre, que haveriam de ir para as minas.

Felizmente, as outras brigadas permaneceram nos seus lugares e realizaram a pesquisa nos locais predestinados. Nas nossas primeiras discussões em seminário, tínhamos pensado que um bom ponto de partida seria que as brigadas identificassem quais os agregados que tinham uma história de trabalho migratório e as que não, para então identificarem o que as diferenciava. Na prática, a maior parte das brigadas descartou essa ideia nos primeiros dois dias. Logo ficou claro que todos os homens fisicamente aptos (à exceção dos professores, comerciantes e funcionários públicos) tinham uma história de trabalho nas minas. A partir daí, o enfoque e a abordagem adoptada por cada uma das brigadas divergiu substancialmente. Por exemplo, a brigada de Pembe centrou-se na questão do trabalho assalariado e da diferenciação dos camponeses na produção agrícola. Notaram que, embora a maior parte dos homens fisicamente aptos tivessem uma ligação ao trabalho nas minas, alguns faziam-no durante toda a sua vida laboral enquanto outros trabalhavam nas minas apenas no início das suas vidas de trabalho, usando as remessas dos salários para investir na agricultura, no comércio ou em ofícios locais (carpintaria, alfaiataria, etc.). Contrariamente, a brigada de Homoine escolheu uma abordagem mais histórico-antropológica e focou-se, em particular, na mudança das relações históricas entre o *lobolo* (compensação matrimonial em espécie ou em dinheiro), o imposto de palhota colonial e o nível dos salários em moeda nas minas. Outras brigadas seguiram outros pontos de vista diferentes, mas um tema comum que emergiu em todas as brigadas foi a natureza “salário- dependente” da produção e da acumulação agrícola. Para um jovem adulto se estabelecer na agricultura precisava, primeiro, de pagar o *lobolo*, fi-

nanciado pelos salários das minas, para casar. As remessas dos salários não serviam apenas para consumo, mas também para comprar terra, blocos e chapas de cobertura para as casas, tanques de água, comprar uma charrua e bois (para uso próprio e para prestação de serviços pagos a outros) ou para comprar ferramentas para vários ofícios como alfaiataria, carpintaria, fabrico de blocos, etc.

A fase final do projecto combinou a análise de dados, a redacção e a edição, tudo feito numa correria louca para a meta porque Ruth devia regressar à Inglaterra em princípios de Novembro. A tarefa de juntar as contribuições díspares dos diferentes autores com diferentes tradições e níveis muito variados de especialização e experiência num produto de trabalho coerente e de qualidade foi um desafio enorme, mesmo em condições mais favoráveis de limitações de calendário. Ruth fez toda a coordenação e a maior parte do trabalho editorial, para além de escrever uma parte considerável do relatório. O seu apartamento foi transformado numa casa editora: esboços, livros e artigos espalhados em cima das mesas ou no chão, capítulos meio escritos amontoados ao lado da máquina de escrever e um enorme mapa com os nomes de todos os envolvidos, especificando quem tinha o quê para ser entregue quando e a quem. Entre os períodos de redacção e edição, Ruth percorria toda a cidade para recolher esboços de autores e levá-los para serem traduzidos (quando necessário) e recolhia textos dos dactilógrafos (maioritariamente voluntários). Esta fase deixou algumas feridas pelo caminho porque o fim iminente do prazo deixava pouco espaço para referência de volta aos autores. Mais, Ruth sabia que a qualidade do produto exigia uma edição firme e, sem qualquer dúvida, ela era uma editora excelente e impiedosa. Um esboço que ela estivesse a editar ficava irreconhecível num instante, desmontado em vários fragmentos de papel espalhados em cima da mesa, que ela voltava depois a juntar numa colagem coerente, com texto manuscrito de permeio. A intenção original tinha sido que os seminários semanais deveriam continuar após o trabalho de campo, criando espaço para um retorno transparente sobre os textos editados e o trabalho em curso. Mas a correria para conseguir o produto final a tempo dispensou o processo de aprendizagem pela escrita. Só alguns dias após a partida de Ruth é que o esboço final ficou pronto. A impressão do livro demorou um pouco mais, pelo que Ruth só recebeu a primeira edição inglesa de “O Mineiro Moçambicano” após o seu regresso à Universidade de Durham, em Novembro.

Envolvimento crítico com as políticas

O produto final foi um rico mosaico de argumentos, tabelas de dados, estudos de caso, histórias de vida, entrevistas detalhadas e canções (CEA, 1977b; ver

também First, 1983). Este exercício foi em grande parte um reflexo do estilo de escrita de Ruth. Também reflectiu a atitude dela para com a teoria, ao escrever sobre uma investigação concreta. Ela tinha uma grande amplitude de leitura e era muito interessada em teoria, questionando sempre, nunca tomando nada pelo que parecia ser. No seminário, durante o trabalho de campo nas zonas rurais, quando consultava os dados e durante a redacção, Ruth começava sempre pela, ou voltava sempre à teoria - sobre a natureza dos sistemas de trabalho migratório, sobre a diferenciação rural ou sobre a transição socialista. No entanto, ao escrever, nunca punha a teoria à frente, mas essa estava lá sempre, subjacente. Como jornalista investigativa, Ruth tinha “faro” para chegar às histórias e insistia em que devíamos manter a nossa narrativa o mais concreta possível. Para ela, a teoria não era para ser exibida, mas um veículo para dar vida a uma história. Na África do Sul, ela tinha feito isso, pondo a análise concreta em oposição ao regime do *apartheid*. Em Moçambique era diferente. Ela estava comprometida com o projecto de transformação socialista da FRELIMO, mas isso não queria dizer que ela tivesse perdido a sua perspectiva crítica. Pelo contrário, ela acreditava firmemente que a investigação comprometida mas crítica - alicerçada na teoria, mas concreta na sua análise - era uma necessidade, embora ela soubesse que o espaço para este tipo de investigação era virtualmente inexistente quando chegou a Moçambique. Para ela, “O Mineiro Moçambicano” era o veículo para abrir esse espaço, cautelosamente mas com firmeza. Na altura, penso que nenhum de nós, incluindo Ruth, tivéssemos plena consciência de quão crítico “O Mineiro Moçambicano” viria a ser em termos de questionamento das políticas da FRELIMO, não apenas em questões de emprego e trabalho migratório, como também na agricultura e no desenvolvimento macroeconómico. As diferentes vertentes desta crítica ficaram bem visíveis no produto final, mas os nós de um argumento coeso ainda não estavam todos apertados.

Em termos de emprego, podíamos prever a emergência de problemas importantes nas áreas rurais do sul de Moçambique por causa do grave corte no recrutamento de mão-de-obra para as minas e a sua restrição a trabalhadores experientes com um certificado válido para renovação de emprego (emitido pela última mina onde tinham trabalhado e válido por um prazo limitado). O efeito imediato foi que os jovens e os trabalhadores mais velhos, sem certificados válidos, já não tinham acesso a trabalho nas minas, mas o impacto total desta medida só teria sentido quando acabassem os contratos ainda em curso. A duração média de um contrato nas minas era de 15 meses, o que queria dizer que o sul de Moçambique estava perante uma crise iminente de desemprego. Para além disso, a nossa pesquisa mostrou até que ponto a economia rural do sul dependia da entrada de fundos provenientes do trabalho nas minas, não apenas para o consumo, mas também para a produção camponesa, fosse para a venda ou para o consumo próprio. Isso levou-nos a

descartar a hipótese de que a reprodução social dos trabalhadores e das suas famílias dependesse simplesmente dos rendimentos do trabalho assalariado suplementado pela produção agrícola de subsistência. Pelo contrário, argumentámos que a entrada de fundos das remessas alimentava a produção agrícola e a acumulação, resultando também em processos de diferenciação dos camponeses dependentes do salário. Por outras palavras, nós visualizámos a relação entre o trabalho assalariado e a produção agrícola, como interactiva e não cumulativa.

A implicação era que as mudanças na dinâmica do recrutamento de mão-de-obra para as minas afectavam profundamente a viabilidade e a vulnerabilidade da agricultura familiar no sul. Nos primeiros anos⁴² a seguir à independência, essa vulnerabilidade estava escondida dado que o recrutamento continuava alto e os salários nas minas vinham aumentando desde 1973. A entrada de dinheiro na economia rural cresceu consideravelmente durante esse período, o que também levou a um aumento no investimento dos agregados na agricultura. A economia camponesa expandiu-se, mas essa dinâmica parou e foi invertida em 1976, quando a Câmara das Minas da África do Sul reduziu acentuadamente o recrutamento de mão-de-obra de Moçambique. O resultado foi não apenas o crescimento do desemprego, mas também o enfraquecimento gradual da produção rural e da acumulação, alimentando assim a necessidade de procurar entradas de dinheiro de outras fontes de emprego assalariado, agravando o problema do desemprego. Obviamente, estes processos demoraram a desenvolver-se e as suas consequências não ficaram imediatamente visíveis. As políticas agrárias fizeram pouco em resposta a este problema, em parte por causa do pressuposto firmemente afirmado que o campesinato em Moçambique dependia principalmente da produção de subsistência e, portanto, podia tratar de si próprio até que a mão-de-obra camponesa fosse gradualmente absorvida pelo sector socialista em crescimento. Implícito no nosso argumento, porém, era que as políticas agrárias deviam tratar essas vulnerabilidades dos camponeses, em vez de as ignorar, disseminando recursos de investimento (incluindo a sua canalização para a agricultura camponesa), em vez de os concentrar quase exclusivamente nas machambas estatais.

As implicações da nossa pesquisa relacionavam-se não apenas com emprego e desenvolvimento agrário no sul de Moçambique como também nas consequências macroeconómicas. Em 1977, o governo da África do Sul abandonou a sua política de manter fixo o preço oficial do ouro (na altura, num nível muito abaixo do preço do mercado) e permitiu que ele flutuasse, em linha com o preço mundial do mercado. Tal como Ruth rapidamente reconheceu, não se

42 *Review of African Political Economy* 69 Baixado pela [Open University] a 01:53, 19 de Abril de 2014.

tratou de uma simples medida monetária, mas de uma medida que teria consequências muito graves para Moçambique. Ela pediu-me que investigasse o tipo de impacto que esta medida poderia ter para Moçambique. Ao triangular diferentes conjuntos de dados sobre os níveis de emprego e a duração média da duração dos contratos, juntamente com informação sobre a evolução dos preços oficiais e de mercado do ouro retirados do *Financial Mail*, fiz uma estimativa das receitas de Moçambique em moeda externa derivadas da mão-de-obra mineira nos anos imediatamente após a independência, o que acabou por ser cerca de uma vez e meia mais que o nível das outras exportações juntas. Por outras palavras, as receitas em moeda externa provenientes dos pagamentos diferidos pela mão-de-obra mineira tinham mantido Moçambique à superfície no período imediatamente a seguir à independência. Isto explicava a estranha anomalia de Moçambique não ter uma crise na balança de pagamentos ao mesmo tempo que tinha uma grave crise de produção no mesmo período. Pelo contrário, Moçambique estava a amontoar reservas de moeda externa no mesmo período. O rápido declínio do emprego nas minas e a perda do prémio sobre o ouro (a diferença entre o preço de mercado e o preço oficial) estavam prestes a inverter esta condição. As projecções das receitas em moeda externa mostravam que Moçambique caminhava para uma crise catastrófica de moeda externa que tinha toda a probabilidade de desestabilizar a sua já frágil economia.

De acordo com as nossas projecções, a crise financeira iria provavelmente materializar-se a partir de 1979. Levantei a questão a Joaquim Brum, o Director da Comissão Nacional do Plano, que me respondeu que as receitas do trabalho migratório não eram mais que uma gota de água no oceano e, assim, insignificantes e irrelevantes para as preocupações de planificação de Moçambique. É possível que Brum desconhecesse genuinamente quanto Moçambique ganhava com o trabalho migratório. Na verdade, por instruções do Governador do Banco de Moçambique, as reservas de ouro de Moçambique eram geridas e mantidas em Pretoria. Alternativamente, poderia ser que ele estivesse a contar com uma assistência ao desenvolvimento de grande escala por parte da URSS, para financiar os esforços de desenvolvimento de Moçambique. Durante a maior parte do tempo da planificação centralizada, as inter-relações entre a acumulação real e a acumulação financeira eram pouco entendidas e a importância do dinheiro e das finanças largamente ignoradas, com dinheiro e crédito destinados a serem ajustados passiva e endogenamente aos ditames da planificação. Aquino e eu (Ruth já tinha partido de Moçambique, na altura) fomos falar com o Governador. Ele foi muito mais receptivo ao nosso argumento e confirmou que as nossas estimativas projectadas estavam surpreendentemente precisas (ao ponto de ele ficar preocupado com a possibilidade de ser acusado de ter passado informação secreta ao CEA).

A noção de que ao juntar e triangular diferentes pedaços de informação, era realmente possível chegar a uma estimativa razoável de uma “terceira” quantidade desconhecida não era algo prontamente aceite em Moçambique na altura, nem fazia parte das práticas comuns de análise de dados, que consistia em discutir fragmentos de dados um a um. O Governador ficou genuinamente preocupado com as inferências que tínhamos feito sobre a iminente crise financeira, mas não conseguiu convencer a Comissão do Plano da sua importância. Como acabou por acontecer, o fosso de moeda externa cresceu consideravelmente em 1979, quando o Governo embarcou num plano a 10 anos para um ambicioso esforço de investimento centrado no Estado. Isso levou a um aperto sério no consumo agregado, à medida que a crise financeira se aprofundava ao longo dos primeiros anos da década de 1980 (Wuyts 1981a, 1981b, 1989).

Conclusão: Ruth First e o curso de desenvolvimento

A ideia do Curso de Desenvolvimento do CEA emergiu durante a redacção do resultado da investigação dos mineiros. Recebemos um pedido vindo do Departamento de História para criar uma licenciatura em História, como parte dos planos para a criação de uma faculdade de ciências sociais abrangente. Sem o conhecimento de Ruth, António Nogueira da Costa, um dos membros da nossa equipa, tinha sugerido ao Departamento de História que pedisse a Ruth para elaborar uma proposta para esse curso e, possivelmente, o dirigir. O facto de eles se dirigirem a Ruth não surpreendeu, pois, nessa altura, ela já tinha estabelecido a reputação de ser pessoa de uma organização eficaz e de produzir resultados. Ruth hesitou, porém, não porque considerasse que o pedido não era importante, mas porque os seus interesses pessoais se situavam claramente na economia política do desenvolvimento, não na história.

Ruth discutiu o assunto com Aquino de Bragança, David Wield e eu, levando-nos a apresentar uma contraproposta de organizar um Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento. A inspiração para esta proposta resultou directamente da nossa experiência com “*O Mineiro Moçambicano*”. O curso seria de âmbito interdisciplinar e focar-se-ia em questões da transição socialista em Moçambique, no contexto da África Austral. O seu curriculum seria construído em torno do ensino da investigação através do trabalho colectivo. Portanto, o curso ensinaria e, ao mesmo tempo, produziria resultados de investigação. Parecia ambicioso, mas também era realista, dadas as circunstâncias. Apercebemo-nos de que os materiais de ensino sobre Moçambique então disponíveis eram extramente limitados, devido à ausência de uma cultura e prática de investigação genuína na Universidade.

Foram esses os ingredientes sobre os quais, subseqüentemente, se construiu o Curso de Desenvolvimento. Ruth foi nomeada directora de investigação do CEA, para começar o curso em 1979, com uma equipa alargada de investigadores recrutados especificamente para o efeito. O Curso de Desenvolvimento tinha uma estrutura unificada, sem opções ou subespecializações, e envolvia o estudo em tempo parcial (cerca de 12 horas por semana durante os seus dois semestres, e um mês de trabalho de campo a tempo inteiro), destinado a estudantes que tinham empregos normais na universidade ou em diferentes estruturas do Governo. Cada um dos cursos foi desenhado em torno de um projecto de investigação colectiva bem dirigido, providenciando assim um terreno de formação em que os estudantes e o pessoal pudessem adquirir e desenvolver capacidades de investigação. Considerámos então que o curso cresceria baseado em si próprio: cada projecto de investigação acrescentaria materiais de ensino para o grupo seguinte, enriquecendo assim o âmbito e o conteúdo do curso. Por outras palavras, a filosofia subjacente era começar pequeno e depender dos efeitos combinados de projectos de investigação sucessivos, agrupados em torno de um tema comum (a transformação da produção e as condições da mão-de-obra) para aprofundar o conteúdo do curso. Esta perspectiva incluía inevitavelmente uma dimensão económica, mas não se ocupava de investigação em economia, como seria típico nessa disciplina. De facto, embora se desse muita atenção aos métodos empíricos, esses eram distintos do que então era normalmente ensinado na formação padrão em economia.

Quando começámos a planificar a primeira admissão e começámos a procurar estudantes potenciais, cedo ficou claro que o grupo de candidatos universitários com o nível de bacharelato era demasiado pequeno. Pelo contrário, os quadros que poderiam ocupar posições importantes nos ministérios do Governo, bancos e etc., apesar de normalmente não terem formação universitária, estavam profundamente envolvidos na prática de formulação de políticas, incluindo pensar sobre políticas. A realidade da herança colonial significava que o acesso à educação tinha sido extremamente limitado, particularmente para os moçambicanos negros. Em resposta, Ruth decidiu abrir o curso - que fora concebido para ser a nível de pós-graduação - a pessoas sem formação superior formal, mas cujo trabalho quotidiano confrontava com a necessidade de analisar problemas à medida que estes surgiam. Esta decisão era arriscada e altamente controversa e, sem surpresa, criou uma grande tensão em torno do estatuto do diploma dado aos estudantes. O Reitor concordou, relutantemente, mas queria um sistema de graduação em dois níveis: reconhecimento da pós-graduação para os que tinham o grau de bacharelato, enquanto os outros receberiam um certificado de frequência. Ruth opôs-se veementemente a isso, argumentando que, se os estudantes tinham feito o mesmo curso, deviam ser tratados igualmente. Como a experiência acabou por vir a demonstrar, o caso não foi de forma nenhuma que os estudantes com o nível de bacharelato tivessem melhor rendimento do que os que não tinham. A questão nunca foi

resolvida, mas todos os estudantes receberam um diploma, cujo estatuto, porém, foi deixado indefinido no quadro do sistema educacional moçambicano. Era portanto imperativo que o curso provasse o seu valor sobre uma reputação estabelecida - tanto local como internacionalmente - que pudesse servir como substituta da falta de certificação formal.

Para Ruth, o envolvimento total no ensino de quadros moçambicanos em investigação através de um processo de aprender fazendo, não foi uma desistência do seu forte compromisso com a luta de libertação na África do Sul, antes resultando da sua convicção profunda da unidade destas lutas no contexto da África Austral. Mais especificamente, ela via o Curso de Desenvolvimento como um veículo para consolidar o espaço para a formação de investigadores moçambicanos para se envolverem activamente em análises concretas e para explorarem alternativas sobre questões de transição, mesmo que isso significasse levantar questões desconfortáveis. Educar investigadores para pensarem com independência e criticamente foi, penso, a herança mais importante que Ruth deixou em Moçambique.

Referências bibliográficas

- de Brito, L. 2011. Por uma sociologia sem fronteiras: O exemplo de " *O Mineiro Moçambicano*". Maputo: Associação Moçambicana de Sociologia (mimeo).
- Centro de Estudos Africanos (CEA). 1977a. *A Questão Rodésiana*. Lisboa: Iniciativas Editoriais.
- Centro de Estudos Africanos (CEA). 1977b. *The Mozambican Miner: A Study in the Export of Labour*. Maputo: CEA.
- Centro de Estudos Africanos (CEA). 1980. *Zimbabwe - The Rhodesian Question*. Maputo: INLD.
- First, R. 1983. *Black Gold: The Mozambican Miner, Proletarian and Peasant*. Brighton: Harvester Press.
- Legassick. 1974. "South African Capital Accumulation and Violence." *Economy and Society* 3 (3): 253- 291.
- Pereira de Moura, F. P. and Amaral, F. 1978. *Estimativa do Produto Interno de Moçambique: 1970- 1973-1975*. Universidade Eduardo Mondlane, Curso de Economia.
- Wolpe, H. 1972. "Capitalism and Cheap Labour Power in South Africa: From Segregation to Apartheid." *Economy and Society* 1 (4): 425 -456.
- Wuyts, M. 1981a. *Camponeses e Economia Rural em Moçambique*. Maputo: Imprensa Nacional.
- Wuyts, M. 1981b. "The Mechanization of Present-Day Mozambican Agriculture." *Development and Change* 12 (1): 1- 27.
- Wuyts, M. 1989. *Money and Planning for Socialist Transition: The Mozambican Experience*. Aldershot: Gower.